

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 17

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Documento começa a vigorar 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gastos com a LGPD podem gerar crédito de PIS/Cofins 4

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Aneel aplica redução de tarifas a consumidores 5

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: veja quem recebe aposentadorias e pensões referentes a julho nesta quarta-feira
..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

O temporário que se torna permanente (Editorial) 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina mais barata, comida mais cara 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Caixa deve elevar dividendos a nível máximo após pedido 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Contas do FGTS recebem R\$ 13,2 bilhões 10

O POPULAR - GO - OPINIÃO
ECONOMIA

Reajuste salarial, justo direito (Artigo) 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo usa manobras e receitas extras para buscar superávit em 2022 12

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
ECONOMIA

Casos de trabalho escravo em 2022 já são quase mil 14

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CORREIO BRASIL
ECONOMIA

FMI melhora projeção para crescimento do PIB do Brasil 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

FMI vê cenário 'sombrio e incerto' para economia global 16

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Vendas do Tesouro Direto superam resgates em junho 17

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar fecha o dia com retração de 0,38%.....	19
JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Brasil, um país em agonia (Artigo).....	20
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Brasileiro está cada vez mais preocupado com as finanças.....	22

Documento começa a vigorar

Nesta terça-feira, começa a ser emitida a nova carteira de identidade nacional, documento que adotará o número de inscrição do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como "registro geral, único e válido para todo o país".

O primeiro estado a emitir a carteira será o Rio Grande do Sul, desde ontem. Em seguida, virão Acre, Distrito Federal, Goiás, Minas e Paraná.

Não há ainda previsão para os demais estados.

A nova identidade vem com um QR Code, que pode ser lido por qualquer dispositivo apropriado, como um smartphone, o que permitirá a validação eletrônica de sua autenticidade, bem como saber se ele foi furtado ou extraviado.

Essa nova versão do documento de identificação servirá também de documento de viagem, devido à inclusão de um código de padrão internacional chamado MRZ, o mesmo usado em passaportes.

Mercosul Até o momento, porém, o Brasil só tem acordos para uso do documento de identidade nos postos imigratórios de países do Mercosul.

Para as demais nações, o passaporte continua sendo obrigatório.

O novo Registro Geral (RG) terá validade de dez anos para pessoas com até 60 anos de idade. Para os maiores de 60 anos, o RG antigo continuará valendo por tempo indeterminado.

Segundo o Ministério da Economia, "neste primeiro momento, somente serão emitidas as novas identidades para cidadãos que estiverem com as informações no CPF de acordo com suas certidões atualizadas.

Pessoas que não possuem ou estiverem com as informações incorretas no CPF poderão recorrer aos canais de atendimento a distância da **Receita Federal** para resolver a situação. No futuro, os próprios órgãos de identificação civil farão novas inscrições e atualizações no CPF", completa o Ministério, em nota oficial esclarecendo os detalhes sobre o novo documento.

Atualização de dados A atualização das informações no CPF pode ser feita gratuitamente pela internet, no site da **Receita Federal**. Dependendo da situação,

pode ser necessário o envio de documentos para a **Receita Federal** via e-mail.

A lista de documentos necessários para a atualização do CPF foi disponibilizada no site do Ministério da Economia, bem como os e-mails da Receita, para onde os documentos devem ser enviados.

(Pedro Peduzzi, da Folhapress)

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-ff2fd343aadac082034cc28e0800f82.pdf

Gastos com a LGPD podem gerar crédito de PIS/Cofins

Gastos com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) podem ser considerados insumos para fins de creditamento de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins). A advogada Nicolli Anversa Colli, do escritório Lima Netto Carvalho Abreu Mayrink, explica que para o cumprimento das disposições legais da Lei 13.709/18, a de proteção de dados pessoais, as empresas têm elevadas despesas para a sua implementação e manutenção.

"Assim, considerando a imprescindibilidade do cumprimento das diretrizes da LGPD para o desenvolvimento da atividade econômica da empresa, os gastos incorridos para a implementação das diretrizes previstas em lei devem ser considerados insumos e, portanto, geram créditos de PIS e Cofins", diz Nicolli Colli. A lei, de acordo com ela, estabelece diversas normas para a coleta, processamento e armazenamento de dados. "Os custos para a sua implementação, como a contratação de consultores jurídicos, programas de segurança de informações e de capacitação de funcionários podem ser considerados, insumos de PIS e Cofins", ressalta.

A advogada lembra que existem outros gastos que podem ser classificados como insumos e que é importante analisar caso a caso. "Por se tratar de uma discussão nova sobre a qual inexistiu um entendimento consolidado, recomenda-se a análise minuciosa de cada despesa incorrida para a implementação e manutenção das diretrizes da LGPD, bem como acompanhar o entendimento dos tribunais para minimizar os riscos de glosa dos créditos de PIS e Cofins", diz. Ela recomenda às empresas que acompanhem o amadurecimento da tese e, caso queiram se utilizar dos créditos, recorram a uma ação judicial.

A **Receita Federal**, segundo Nicolli Colli, ainda não deu um pronunciamento oficial sobre a questão. "No entanto, em outras oportunidades em que se discutiu a possibilidade de tomada de créditos decorrentes de gastos exigidos por lei ou normas de órgão de fiscalização, a Receita entendeu pela de utilização dos créditos", informa.

Ela acrescenta que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por ocasião do julgamento do recurso repetitivo REsp 1.221.170/PR, determinou que insumos, para

fins de creditamento para o PIS e para a Cofins, são os bens e serviços essenciais e/ou relevante, considerando-se a imprescindibilidade para o desenvolvimento da atividade econômica da empresa.

É o que ocorre com a LGPD.

A advogada argumenta que as leis 10.637/02 e 10.833/03 que dispõem sobre o PIS e a Cofins, respectivamente, permitem que as pessoas jurídicas apurem e utilizem créditos com relação a bens e serviços utilizados com insumos na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda.

Aneel aplica redução de tarifas a consumidores

LUCIANO NASCIMENTO

ENERGISA

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil, São Luís

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem aplicar mais duas revisões tarifárias extraordinárias (RTEs) para reduzir as tarifas das contas de luz. As revisões se aplicam aos consumidores atendidos pela Energisa nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que terão, respectivamente, uma redução média de 1,38% e 1,3% nas tarifas.

Os novos valores começam a valer a partir de hoje. A revisão se enquadra no que prevê a Lei 14.385/22 que determinou a devolução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incluído na base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), **tributos** federais cobrados nas contas de luz.

A medida atende a decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou inconstitucional a cobrança de ICMS, um imposto estadual, sobre o PIS/Cofins na conta de luz. A Corte entendeu que havia dupla tributação. Em 2021, o STF definiu o alcance da medida, que deveria ser retroativa a 15 de março de 2017.

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_7C5A7602F841A16503E233AF38C99AA8C6F23B53256E95E4067666595E062A6F146EA3AE52D34AA8AD1EDD765197F158570D20CFE091E44CC1AA2AABDA3C019D141A666F4C55899D5426495411A29BB31DF59C356D7B1FEEE8F8F1D7C904952487949E3DD9428F8F3B8A1DD34DAFC7ACC AFF9017D6DC30E6EC692F

INSS: veja quem recebe aposentadorias e pensões referentes a julho nesta quarta-feira

Por Renata Baptista, g1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) paga, nesta quarta-feira (27), os benefícios referentes ao mês de julho a aposentados e pensionistas que recebem 1 salário mínimo e possuem o cartão com final 3.

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

O pagamento teve início na segunda-feira (25), e já receberam os benefícios aqueles que recebem 1 salário mínimo e possuem o cartão com final 1 e 2. Os demais receberão os valores até o próximo dia 5.

Veja abaixo o calendário:

Benefícios do **INSS** acima do mínimo têm reajuste de 10,16%; teto sobe para R\$ 7.087. Veja calendário de benefícios. Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do **INSS** no país - mais de 60% recebem um salário mínimo.

Para quem ganha o benefício no valor do salário mínimo, o piso nacional passou para R\$ 1.212 desde 1º de janeiro. Por lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo **INSS** não podem ser inferiores a 1 salário mínimo.

Já os aposentados e pensionistas que recebem benefícios acima do salário mínimo tiveram reajuste de 10,16% na remuneração - o teto dos benefícios do **INSS** passou de R\$ 6.433,57 para R\$ 7.087,22.

Como consultar benefícios

Uma maneira simples de fazer a consulta dos benefícios do **INSS** é através da central de atendimento por telefone, no número 135. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h; O segurado pode acessar o site Meu **INSS**, que reúne diversos serviços digitais do **INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, clique no serviço de

Extrato de Pagamento e você terá acesso ao seu extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício; A consulta do benefício também pode ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, disponível para Android e iOS. Assim como no acesso pelo site, de início, é necessário fazer o login, e então, todos os serviços disponíveis e histórico das informações do beneficiário serão listados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/27/inss-veja-quem-recebe-aposentadorias-e-pensoes-referentes-a-julho-nesta-quarta-feira.ghtml>

O temporário que se torna permanente (Editorial)

Funcionários públicos experientes em Brasília costumam dizer que nada assume caráter mais permanente no Orçamento do que aquilo que nasce para ser temporário.

Essa máxima vale para todo tipo de renúncia fiscal criada para impulsionar um setor por um tempo e que acaba por ser renovada sucessivamente, mas vale também para o caso do reajuste do piso do Auxílio Brasil, que passará a R\$ 600 a partir de agosto. A crise econômica tem levado 350 mil novas famílias a se cadastrarem no programa a cada mês, e a fila de espera oficial já atinge 1,6 milhão - sem contar a fila da fila, que já estaria próxima de 3 milhões.

Nada no cenário macroeconômico indica que a situação dessas pessoas mudará a ponto de não precisarem mais dessa ajuda daqui a seis meses, tanto que os candidatos mais bem posicionados nas pesquisas eleitorais obviamente já se comprometeram a manter o benefício neste mesmo valor em 2023. O que é essencial, e nem o presidente Jair Bolsonaro nem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disseram, é saber quais medidas serão necessárias para financiar o programa.

Em 2021, o antigo Bolsa Família demandava R\$ 35,6 bilhões do Orçamento.

Com o reajuste do piso e a inclusão de novos beneficiários, o custeio do Auxílio Brasil já havia subido a R\$ 89 bilhões neste ano. Zerar as filas e elevar o valor mínimo do benefício a R\$ 600 exigirá mais R\$ 26 bilhões entre agosto e dezembro.

Mas manter o piso do programa em 2023 elevará seu custo total a nada menos que R\$ 151,4 bilhões, segundo reportagem do Estadão, quadruplicando os dispêndios federais com benefícios sociais em dois anos. Essa decisão terá duas consequências imediatas. A primeira é aumentar a fatia de gastos obrigatórios dentro do Orçamento - benefícios sociais e assistenciais, aposentadorias e salários já consomem cerca de 95% da peça orçamentária. A segunda é reduzir ainda mais o espaço disponível para as despesas discricionárias, rubrica estimada em R\$ 120 bilhões a R\$ 130 bilhões que inclui o pagamento de contas de energia e água, os comalidos investimentos e as imponentes emendas de relator, base do "orçamento secreto". O auxílio de

R\$ 600 exigiria reduzir o custeio da máquina pública a algo entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões em 2023, um "desafio considerável", reconheceu o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago.

Ao apostar na PEC Kamikaze para aumentar a competitividade de sua candidatura à reeleição, Bolsonaro fez muito mais do que criar exceções temporárias ao teto restritas a seu mandato. Sua ruínosa gestão, na realidade, minou qualquer possibilidade de um futuro governante conseguir cumprir o teto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, pode repetir que "o fiscal está forte" quantas vezes quiser, mas a piora das expectativas do mercado para o crescimento, **inflação** e juros simplesmente reflete a completa ausência de uma âncora fiscal crível a partir de 2023.

Evitar a ruína do País demandará do próximo governo a realização das sempre adiadas reformas estruturantes, e isso exigirá do futuro presidente uma inédita capacidade de articulação política.

Será preciso construir consenso em torno de uma reforma administrativa para reduzir o gasto público com servidores que estão sem reajuste salarial desde 2017. Será preciso obter apoio de governadores e prefeitos para aprovar uma **reforma tributária** que talvez imponha novas perdas a Estados e municípios já obrigados a se contentar com receitas menores em nome do desespero eleitoral do presidente. Será preciso convencer o Congresso a abrir mão das bilionárias emendas parlamentares e do controle tácito do Orçamento para devolvê-lo ao Executivo.

Será preciso reconstruir as bases do Auxílio Brasil, reformular os benefícios para ajudar quem mais precisa e resgatar suas contrapartidas. Sem essas reformas, restaram como opções para financiar essas despesas o impopular aumento de **impostos** ou a desastrosa emissão de dívida pública, ambas alternativas de altíssimo custo para a credibilidade de qualquer governo em início de mandato.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gasolina mais barata, comida mais cara

RAFAELA GONÇALVESISADORA ALBERNAZ*MARIANA ALBUQUERQUE*

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), considerado a prévia da **inflação** oficial, subiu 0,13% em julho, abaixo da taxa registrada no mês anterior, que foi de 0,69%. Essa é a menor variação mensal do índice desde junho de 2020. A desaceleração é resultado da queda dos preços dos combustíveis, provocada pelo corte de **impostos**. Em compensação, os preços da alimentação continuaram em alta, penalizando as famílias, em especial as de mais baixa renda.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano, o IPCA-15 acumula alta de 5,79% e, em 12 meses, de 11,39%, abaixo dos 12,04% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em julho de 2021, a taxa foi de 0,72%.

Refletindo a queda no preço dos combustíveis, os produtos do grupo transportes tiveram redução média de 1,08%. Os combustíveis propriamente registraram queda de 4,88%, em particular a gasolina, com recuo de 5,01% e do etanol, que caiu 8,16%. O grupo de habitação também contribuiu para a desaceleração do IPCA-15, com queda de 0,78%, puxada pela baixa de 4,61% na energia elétrica residencial.

Segundo o economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre FGV) André Braz, a prévia da **inflação** veio em linha com a expectativa. Ele lembrou que as duas maiores baixas que puxaram o índice foram causadas pela redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). "Com despesas que pesam muito no orçamento familiar, somado ao peso da energia e da gasolina, que representam juntos mais de 10% do orçamento familiar, houve espaço para um IPCA mais baixo", avaliou.

Entretanto, seis dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados registraram alta. Apesar de a prévia da **inflação** ter desacelerado com a queda da gasolina, o maior impacto (0,25 p.p.) veio do grupo de alimentação e bebidas (1,16%), que acelerou 0,25% em relação a junho. O grupo foi influenciado principalmente pelo aumento nos preços do leite longa vida, com alta de 22,27%, maior impacto individual no índice do mês, com 0,18 ponto percentual. No ano, a variação acumulada do produto chega a 57,42%.

Alimentos sobem

"A queda na **inflação** não foi mais intensa porque os alimentos seguem em elevação, com destaque para o leite. O leite e a família de derivados estão subindo agora por efeitos sazonais. Na medida em que chove pouco no inverno, o volume de produção diminui e os preços sobem. Isso foi marcante no IPCA de julho", observou Braz.

A maioria dos derivados do leite também registrou alta em julho, a exemplo do requeijão, da manteiga e do queijo. Outros destaques no grupo foram as frutas, que subiram 4,03%, ante queda de 2,61% em junho. O feijão-carioca aumentou 4,25% e o pão francês, 1,47%. Com isso, a alimentação no domicílio teve elevação de 1,12% em julho.

Clarissa Kreimer, de 62 anos, se assustou com os preços do queijo e do leite, que estão custando cerca de R\$ 70 o quilo e R\$ 10 o litro, respectivamente. A diretora de escola considera alguns fatores que influenciam os preços. "Teve a pandemia, a guerra e, em primeiro lugar, o governo. Tudo está um caos. Diminui o combustível, mas aumenta o leite. A questão maior é a falta de administração do Brasil", desabafou.

Em termos percentuais, a maior variação veio do item vestuário, com alta de 1,39% no mês, acumulando **inflação** de 11,01% no ano. O destaque ficou com as roupas masculinas, cujos preços subiram 1,97% em julho. Além disso, foram registradas altas superiores a 1% também nos preços dos calçados e acessórios (1,57%) e das roupas femininas (1,32%).

O militar aposentado Vicente de Paula Martins, 60, costuma ir ao mercado três a quatro vezes por semana. Morador do Tororó, ele vai ao Cruzeiro atrás de preços melhores. Ele se assustou com os preços do sabonete ao chegar no mercado de confiança onde sempre compra o produto, por ser mais em conta do que em outros estabelecimentos. "É inacreditável, um absurdo! Sabonete que a gente comprava outro dia por R\$ 1, R\$ 2, agora está a R\$ 6. Eu fiquei de queixo caído", disse, indignado. O subitem faz parte do grupo de despesas pessoais, que registrou alta de 0,79% neste mês.

Estagiárias sob a supervisão de Odail Figueiredo

Caixa deve elevar dividendos a nível máximo após pedido

Julio Wiziack

Após o governo pedir que grandes estatais paguem mais dividendos neste ano, a Caixa Econômica Federal deve elevar os valores ao nível máximo permitido pelo estatuto. Já o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) avalia antecipar parte da quantia antes prevista para 2023.

No ofício enviado às estatais, o Ministério da Economia pede que as principais empresas controladas pela União aumentem os montantes, mas, no caso dos bancos, mantenham os limites exigidos pelos acordos de Basileia -tratados internacionais que determinam níveis mínimos de capital próprio para que uma instituição funcione sem risco de insolvência.

O pedido enviado a Petrobras, Caixa, Banco do Brasil e BNDES faz parte de uma tentativa de neutralizar neste ano os efeitos da emenda constitucional que liberou R\$ 41,25 bilhões às vésperas da eleição e das renúncias fiscais decorrentes da desoneração de combustíveis.

Das quatro, Caixa e BNDES são as únicas que pagam dividendos semestrais -com isso, os pagamentos referentes ao resultado da segunda metade de 2022 são previstos apenas para o início de 2023. Se passarem a depositar os recursos para o Tesouro trimestralmente, como propôs o governo, o resultado de julho a setembro já poderia entrar nas contas deste ano.

No caso da Caixa, o estatuto permite uma distribuição de até 50% do lucro, e hoje o repasse é de 25%. A ideia no banco é chegar a esse montante máximo.

No ano passado, as quatro estatais pagaram R\$ 43 bilhões em dividendos ao governo -a maior parte, R\$ 21 bilhões, saiu da Petrobras, que registrou um lucro recorde.

A emenda promulgada neste ano liberou, entre outras medidas, a elevação do pagamento de R\$ 400 para R\$ 600 do Auxílio Brasil (além da inclusão de famílias na lista de espera) e um socorro financeiro para taxistas e caminhoneiros. O socorro financeiro, feito com dispensa das principais regras fiscais do país, deve durar até o final deste ano.

Na tentativa de garantir votos, o presidente Jair Bolsonaro também zerou **tributos** e contribuições federais sobre combustíveis. A redução estimada de receitas, nesses casos, será de R\$ 16,5 bilhões.

Além disso, o governo patrocinou no Congresso uma lei que reduziu e padronizou o ICMS, abrindo uma guerra contra os estados -que, em alguns casos, perderão receitas e podem eventualmente ser compensados pela União.

Os dividendos ajudariam a cobrir a diferença de recursos para bancar essa conta. O pedido do governo às estatais foi feito após reações negativas do mercado financeiro sobre o tratamento com as contas públicas no episódio.

Com corte de ICMS, IPCA-15 é o menor em dois anos

O IPCA-15 desacelerou com força em julho e atingiu a menor variação em dois anos graças ao impacto da redução das alíquotas de ICMS sobre os preços de combustíveis e energia, com a taxa em 12 meses voltando a ficar abaixo de 12%. O indicador subiu 0,13% em julho depois de um avanço de 0,69% em junho. A taxa mensal é a mais baixa desde junho de 2020 (+0,02%). O alívio levou o índice a acumular em 12 meses **inflação** de 11,39%, voltando a ficar abaixo de 12%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49985>

Contas do FGTS recebem R\$ 13,2 bilhões

A Caixa anunciou ontem que concluiu a distribuição de R\$ 13,2 bilhões do resultado de 2021 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Com o crédito dos valores, as contas de FGTS contempladas alcançaram rentabilidade de 5,83% ao ano, índice que corresponde a quase o dobro da correção da poupança em 2021, que foi de 2,99%, informa a Agência Brasil.

A distribuição do lucro do FGTS é uma medida legal que tem como objetivo o incremento da rentabilidade das contas de FGTS do trabalhador, por meio da distribuição de parte do resultado positivo auferido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, além da remuneração mensal realizada por meio da aplicação da Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano.

O resultado do fundo é decorrente do retorno de suas aplicações e investimentos em habitação, saneamento, infraestrutura e saúde. Na distribuição do lucro anunciada ontem, receberam o crédito 106,7 milhões de trabalhadores que tinham conta de FGTS com saldo em 31 de dezembro de 2021.

Quanto maior o saldo da conta vinculada ao FGTS, mais o trabalhador tem a receber. Para saber a parcela do lucro que será depositada, o trabalhador deve multiplicar o saldo de cada conta em seu nome em 31 de dezembro do ano passado por 0,02748761. Esse fator significa que, na prática, a cada R\$ 1 mil de saldo, o cotista receberá R\$ 27,49.

Mesmo perdendo da **inflação**, o FGTS rendeu mais que a caderneta de poupança. No ano passado, a poupança teve rendimento de apenas 2,94%, influenciada pela taxa Selic (juros básicos da economia), que ficou em 2% ao ano na maior parte de 2021 e só foi aumentada a partir de agosto do ano passado.

Para verificar o saldo do Fundo de Garantia, o trabalhador deve consultar o extrato do fundo, no aplicativo FGTS, da Caixa Econômica Federal. Até recentemente, o banco oferecia a opção de consulta pelo site da instituição, mas todo o atendimento eletrônico relativo ao FGTS foi migrado exclusivamente para o aplicativo, disponível para smartphones e tablets dos sistemas Android e iOS.

Quem não puder fazer a consulta pela internet deve ir a qualquer agência da Caixa pedir o extrato. O banco também envia o extrato do FGTS em papel a cada dois meses, no endereço cadastrado. Quem mudou de

residência deve procurar uma agência da Caixa ou ligar para o número 0800-726-0101 e informar o novo endereço.

Regra de saque

Vale destacar que o recebimento de parte do lucro do FGTS pelos trabalhadores não altera as regras para saque dos valores. As retiradas só podem ser feitas nas situações estabelecidas na legislação, como demissão, aposentadoria, saque aniversário e compra da casa própria, entre outras.

Caixa contrata

A Caixa Econômica Federal anunciou, ontem, que vai contratar 500 empregados para reforçar o atendimento nas agências. A convocação tem início imediato, assim os contratados devem começar a trabalhar nos próximos dias. A medida está inserida na nova estratégia do banco: o #TemCaixaPraMais, programa com medidas voltadas para desenvolvimento profissional dos empregados. A instituição também vai oferecer bolsas de estudo e vagas em cursos para aprimoramento pessoal.

Reajuste salarial, justo direito (Artigo)

O Congresso Nacional acaba de aprovar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano, a previsão de recomposição salarial e reestruturação de carreira para as forças de segurança, que incluem a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e agentes do Departamento Penitenciário, além dos policiais civis, militares e bombeiros do Distrito Federal, que também serão beneficiados.

Ao tempo em que a promessa era de, também, aumento salarial neste ano, terão apenas a recomposição. Será destinado para esse fim R\$ 1,7 bilhão no Orçamento.

A segurança pública é uma das áreas mais demandadas pela população. De acordo com a edição 2021 do Atlas da Violência, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a taxa de homicídios no Brasil em 2019 foi de 21,7 mortes por 100 mil habitantes.

Para as demais categorias do serviço público, incluindo a magistratura, o mesmo texto aprovado da LDO prevê apenas o reajuste. Mas, para isso, será necessário que o governo federal envie um plano ao Congresso para o projeto de lei orçamentária de 2023. Ou seja, para conseguirmos o mínimo que nos é de direito - o reajuste - teremos que depender da boa vontade da Presidência e das duas casas legislativas.

Essa é a situação de quem se propõe ao serviço público: viver em constante luta pelo que deveria ser concedido automaticamente, conforme determina a legislação do país.

A magistratura cumpre em atender a outro grande clamor social: a aplicação da Justiça. Além de ser, junto ao sistema penitenciário, a classe que faz com que se complete o ciclo de segurança pública, ao garantir que não haja impunidade para os crimes praticados.

No entanto, a magistratura brasileira, nos últimos 15 anos, amarga perdas salariais que batem os 44,7% sobre os ganhos que teve o salário mínimo. Não, a vírgula não está na casa decimal errada. Sim, quase 50% de perda. Nossa realidade é de atrasos nos reajustes salariais que, quando concedidos, vêm com índices bem abaixo da perda inflacionária registrada no período.

É uma luta que nós e outras carreiras devemos abraçar. A nosso favor está a sociedade, que sabe que o embate não é por ganhos e avanços na carreira, mas pelo direito de termos reparadas as perdas com a **inflação** que, para todos os trabalhadores, é assegurado pela lei.

Só com a valorização poderemos reter na magistratura - e em outras categorias do serviço público - os quadros capacitados e experientes, e continuar a atrair outros que garantam a permanência de uma prestação jurisdicional digna. É pedir muito pouco, diante de tanta omissão.

Patrícia Carrijo é juíza e presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego)

Site: <https://opopular.com.br/digital/27-julho-2022/1o-caderno>

Governo usa manobras e receitas extras para buscar superávit em 2022

Fábio Pupo

O Ministério da Economia reduziu a projeção de déficit nas contas públicas e considera possível que a melhora continue a ponto de o ano encerrar com um leve superávit no resultado primário (que exclui a conta com juros). O primeiro saldo positivo após oito anos, no entanto, é alcançado com a ajuda de manobras e receitas temporárias -sem as quais haveria dificuldades para o número sair do vermelho.

A necessidade de eliminar o déficit das contas públicas foi expressa em 2018 no plano de governo elaborado pelo então candidato Jair Bolsonaro (PL) e pelo ministro Paulo Guedes (Economia). A tarefa ficou comprometida sobretudo pelos gastos da pandemia, mas ganhou força no Ministério da Economia na reta final do mandato.

Por enquanto, a projeção oficial mais recente diz que o governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) terminará com déficit de R\$ 59,3 bilhões, 9% abaixo do estimado há dois meses. O número já passaria com folga pelo rombo máximo de R\$ 170,4 bilhões permitido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias no ano, mas os técnicos veem possibilidade de um resultado ainda melhor.

Esteves Colnago, secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, considera possível o retorno ao azul em 2022. "A gente está caminhando para chegar no final do ano com déficit muito baixo, próximo de zero, ou com superávit. Seria o primeiro superávit fiscal após oito anos", disse em entrevista na segunda-feira (25).

"A expectativa que está se consolidando é que nesse final de ano a gente tenha superávit, ainda que pequeno, do governo central", complementou.

Ajuda o governo a traçar o cenário mesmo em meio a tantas despesas extras liberadas em ano eleitoral e a tantos cortes tributários a manobra proporcionada pela emenda constitucional promulgada no ano passado que autorizou postergar o pagamento de precatórios (dívidas a serem quitadas pelo Estado após determinação da Justiça).

Em 2022, a despesa com precatórios seria de R\$ 89 bilhões, mas o texto permitiu criar um limite de R\$ 44

bilhões para as obrigações -o que deu um alívio temporário, mas joga o restante para uma fila a ser paga nos anos seguintes, que pode ser reduzida com operações diversas, como descontos em valores de devedores da União. O governo estima que vai deixar para o ano que vem cerca de R\$ 20 bilhões em precatórios.

Além disso, ganhos atípicos registrados em 2022 comprometem a ideia de que as contas estão naturalmente em equilíbrio. O governo obteve neste ano receitas extraordinárias com a privatização da Eletrobras (que impulsionou os ganhos com concessões e permissões em R\$ 26,8 bilhões) e com dividendos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que pagou ao Tesouro Nacional R\$ 18,9 bilhões referentes ao lucro registrado em 2020 e 2021.

Agora, o governo também pediu para que grandes estatais elevem e antecipem parte dos dividendos que seriam pagos apenas em 2023. O pedido faz parte de uma tentativa de neutralizar neste ano os efeitos da emenda constitucional que liberou R\$ 41,25 bilhões às vésperas da eleição e das renúncias fiscais decorrentes da desoneração de combustíveis.

Colnago reiterou, ao ser perguntado sobre medidas extraordinárias que ajudaram no quadro fiscal, que o governo acredita que as contas públicas estão em trajetória de equilíbrio.

Daniel Couri, diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado que monitora as contas públicas), afirma que medidas como a antecipação de dividendos não geram receitas novas - apenas puxam os dados que seriam computados em 2023- e que a alteração nos precatórios criou um passivo não refletido nas estatísticas fiscais do resultado primário.

"Antecipar receita teria como objetivo satisfazer uma necessidade de fluxo de caixa, mas não me parece haver um problema agora para o Tesouro que justifique essa antecipação. Me parece apenas uma necessidade de apresentar um resultado melhor", afirma. "Antecipar receita é menos dívida agora e mais depois."

"Se for só para mostrar um resultado melhor, esse

resultado vai ser artificial. Vai ser claro para quem acompanha as contas públicas que vai ser artificial", diz.

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>
85

Couri pondera que há ganhos estruturais nas contas do governo e que a melhora nas contas não vem ocorrendo apenas por manobras ou receitas atípicas de 2022. A recuperação do mercado de trabalho, por exemplo, tem sido expressiva e tem potencial para permanecer nos próximos exercícios (o que ajuda na arrecadação).

Por outro lado, fatores conjunturais que têm ajudado a arrecadação federal em 2022 não estão garantidos para os próximos exercícios, como a **inflação**, o valor do petróleo e a possível desaceleração da economia no segundo semestre. Além disso, há potencial de as medidas adotadas agora para subsidiar combustíveis e turbinar benefícios continuarem em 2023.

"Há números positivos para mostrar, mas os riscos estão aí. E a aprovação da PEC [que turbinou benefícios] não contribui para diminuir esses riscos, pelo contrário", afirma.

A necessidade de eliminar o déficit das contas públicas já no primeiro ano de mandato foi expressa em 2018 no plano de governo do então candidato Bolsonaro. Guedes tentou atingir o objetivo com diferentes medidas, mas chegou ao último ano do mandato sem conseguir o feito e com a tarefa comprometida sobretudo pelos gastos extraordinários da pandemia.

István Kasznar, economista e professor da FGV (Fundação Getulio Vargas), defende que as discussões sobre as contas públicas levem em consideração também os gastos com juros (que não estão incluídos no resultado primário).

Conforme mostrou a Folha, após a queda significativa provocada pelo fim de gastos extraordinários ligados à Covid em 2020, a despesa do governo incluindo juros voltou a crescer e atingiu 34,14% do **PIB** (Produto Interno Bruto) ao fim do primeiro trimestre.

O patamar supera o observado ao longo de todo o ano de 2018, no governo de Michel **Temer** (MDB) - mostrando que a gestão Bolsonaro registra atualmente uma despesa incluindo juros superior à de quando assumiu o comando das contas públicas.

"Quero saber se as contas de receitas menos despesas fecham com juros e Previdência. Não fecham. A questão é que dívida pública é empurrada com a barriga", afirma Kasznar.

Site:

Casos de trabalho escravo em 2022 já são quase mil

De janeiro a junho, a Justiça do Trabalho do Brasil julgou 993 processos de reconhecimento de relação de emprego em que havia trabalho em condições análogas às de escravidão, segundo levantamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Além dos processos em que já houve decisão, há 1.078 pendentes de julgamento.

Em visita ao Rio de Janeiro na manhã desta terça-feira (26), o presidente do TST, ministro Emmanoel Pereira, chamou a atenção para a piora do cenário desde o início da pandemia de covid-19 e destacou que a escravidão moderna se baseia em métodos como a escravidão por dívida, os trabalhos forçados e condições sub-humanas e insalubres de trabalho e alojamento.

"Hoje, temos uma escravidão moderna, sem açoite e sem corrente. É aquela escravidão discriminatória, em que um homem explora outro homem em busca de valores econômicos", disse o ministro, destacando que muitos escravizados têm histórico de trabalho infantil e que quase a totalidade é formada por analfabetos e semianalfabetos.

No ano passado, tanto os números de processos julgados quanto o daqueles com julgamento pendente foram os maiores desde 2017, chegando a 1.892, no caso das ações concluídas, e a 1.288, no das que ainda estavam em aberto.

Já o número de denúncias de trabalho escravo, aliciamento e tráfico de trabalhadores recebidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) chegou a 1.415, com aumento de 70% em relação a 2020.

Desde 1995, quando o Brasil reconheceu diante da Organização das Nações Unidas (ONU) a persistência do trabalho escravo em seu território, 57 mil pessoas já foram resgatadas dessa situação. Somente nos últimos cinco anos, as instâncias trabalhistas julgaram 10.482 processos envolvendo o reconhecimento da relação de emprego de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Para o procurador-geral do MPT, José Lima de Ramos Pereira, as pessoas que exploram o trabalho escravo se beneficiam das fragilidades sociais.

"Estamos vivendo um período de recessão, em que a

inflação retorna, postos de trabalho são perdidos, o desemprego é grande e há muitos moradores nas ruas. Isso tudo se reflete em [trabalhadores] mais fragilizados, que ficam sendo um potencial alvo desses exploradores", disse Pereira.

Segundo o procurador-geral, 27 operações simultâneas realizadas desde a semana passada resultaram no resgate de 275 trabalhadores nessa situação em diferentes partes do país. "Não basta só o resgate, tem que dar sequência a esse trabalho, porque, se não, eles vão retornar. A dignidade tem a limitação da sobrevivência da família, e quem explora essas pessoas se aproveita da vulnerabilidade social."

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20220727&p=1>

FMI melhora projeção para crescimento do PIB do Brasil

Agência Brasil

O Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou de forma expressiva a estimativa para o crescimento da atividade brasileira, neste ano, apesar das dificuldades enfrentadas pela economia global. Entretanto, passou a ver desempenho mais fraco em 2023.

Na revisão das estimativas em seu relatório Perspectiva Econômica Global, divulgado nessa terça-feira (26), o FMI passou a estimar o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil neste ano em 1,7%, bem acima da taxa de 0,8% calculada em abril.

Para 2023, o relatório do FMI indica que a expansão da atividade será de 1,1%, 0,3 ponto percentual a menos do que o previsto em abril. A melhora do cenário para o Brasil ajudou a impulsionar a projeção para o crescimento da América Latina e Caribe, com o FMI vendo agora aumento do **PIB** da região de 3% neste ano, 0,5 ponto a mais do que no relatório anterior. Mas, da mesma forma, a estimativa para a América Latina e Caribe no ano que vem piorou em 0,5 ponto, para 2%.

Economia mundial De acordo com as previsões do FMI, o crescimento do **PIB** global desacelerará para 3,2% em 2022, ante uma previsão de 3,6%, divulgada em abril. O crescimento mundial se recuperou em 2021 para 6,1%, depois que a pandemia da covid19 esmagou a produção global em 2020 com contração de 3,1%.

Entre os motivos que levaram o FMI a reduzir a projeção para o **PIB** mundial em 2022 em 0,4 ponto estão a **inflação** mais elevada em todo o mundo, a desaceleração mais forte do que o esperado na China devido a novos surtos de covid-19 e repercussões negativas da guerra na Ucrânia.

Site: <http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/>

FMI vê cenário 'sombrio e incerto' para economia global

GABRIEL BUENO DA COSTA

O economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Pierre-Olivier Gourinchas, afirmou ontem que a economia global enfrenta perspectivas "sombrias e incertas", com o risco de recessão cada vez mais próximo. Embora esse ainda não seja o cenário base do organismo, ele falou em "riscos negativos" nas perspectivas do Fundo - todas revisadas para baixo.

"A economia global, ainda sofrendo com a pandemia e a invasão da Ucrânia pela Rússia, enfrenta uma perspectiva cada vez mais sombria e incerta.

Muitos dos riscos negativos sinalizados em abril começaram a se materializar, com uma **inflação** acima do esperado, especialmente nos Estados Unidos", disse Gourinchas, na apresentação da nova edição do relatório Perspectiva Econômica Mundial.

Na avaliação do FMI, existe "uma série" de riscos de baixa para o crescimento global. Entre aqueles de "particular preocupação", cita a guerra na Ucrânia e seus efeitos, o quadro de desaceleração econômica na China, a **inflação** persistente e o aperto monetário dos bancos centrais para conter a trajetória dos preços.

A guerra da Rússia na Ucrânia pode levar mais para cima os preços de energia, diz o FMI, que vê "muita incerteza" na oferta de gás russo para a Europa, neste ano e no próximo, e adverte que um corte total nessas entregas se refletiria em mais **inflação** global. Na Europa, haveria potencialmente racionamento de gás e um forte impacto no Produto Interno Bruto (**PIB**) da região.

A **inflação**, por sua vez, está "teimosamente elevada" e só deve retornar aos níveis pré-pandemia no fim de 2024. Vários fatores, porém, fazem com que ela mostre mais força e perca mais, aponta o Fundo, como a própria guerra na Ucrânia.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vendas do Tesouro Direto superam resgates em junho

LUCIANO NASCIMENTO

R\$ 1,53 BILHÃO

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil, São Luís

No mês de junho, as vendas de títulos do Tesouro Direto superaram os resgates em R\$ 1,53 bilhão, segundo balanço divulgado ontem pelo Tesouro Nacional. Os investimentos no programa atingiram R\$ 3,67 bilhões no período, já os resgates totalizaram R\$ 2,13 bilhões. As aplicações de até R\$ 1 mil representaram 60,48% das operações de investimento no mês. O valor médio por operação foi de R\$ 6.195.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram aqueles corrigidos pela taxa básica de juros, a Selic (Tesouro Selic), que corresponderam a 55,31% do total. Em junho, esses títulos somaram R\$ 2,03 bilhões em vendas.

Os títulos vinculados à **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), corresponderam a 31,76% das vendas, somando R\$ 1,16 bilhão. Já os títulos prefixados, com juros definidos no momento da emissão, tiveram participação de 12,92%, totalizando R\$ 473,99 milhões em vendas.

Os títulos indexados à Selic também lideraram nos resgates antecipados, somando R\$ 1,19 bilhão, o que representa 55,57% do total de re-compras.

Os títulos remunerados pelo IPCA (Tesouro IPCA+, Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais e Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais) totalizaram R\$ 613,03 milhões, ficando com 28,72% dos títulos. Já os prefixados fecharam junho com R\$ 335,32 milhões, correspondendo a 15,71% das recompras.

Quanto ao prazo, a maior parcela de vendas se concentrou nos títulos com vencimento entre um e cinco anos, que alcançaram 76,48% do total.

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_7C5A7602F841A16503E233AF38C99AA8C6F23B53256E95E4067666595E062A6F146EA3AE52D34AA8AD1EDD765197

F158570D20CFE091E44CC1AA2AABDA3C019D141A666F
4C55899D5426495411A29BB31DF59C356D7B1FEEE8F8F
1D7C904952487949E3DD9428F8F3B8A1DD34DAFC7ACC
AFF9017D6DC30E6EC692F

Dólar fecha o dia com retração de 0,38%

São Paulo - O dólar fechou em queda apenas leve ontem, mas suficiente para tocar uma mínima em mais de duas semanas e deixar o real entre as divisas mais resilientes do dia, à medida que a força das commodities por expectativas melhores sobre a China deu fôlego à divisa brasileira e amorteceu pressões relacionadas à alta de juros nos Estados Unidos.

O dólar negociado no mercado interbancário caiu 0,38%, a R\$ 5,3518. É o menor valor para um encerramento desde 8 de julho (R\$ 5,269). Ao longo da jornada, a cotação variou entre alta de 0,40%, para R\$ 5,394, e baixa de 0,69%, a R\$ 5,3354.

Os ganhos ocorreram logo no começo do pregão, e posteriormente a moeda entrou em enfraquecimento, na esteira de nova valorização das matérias-primas. O minério de ferro, um dos principais componentes da pauta de exportação do Brasil e que tem a China como seu principal destino, bateu uma máxima em duas semanas.

O país asiático tem produzido notícias mais alentadoras nos últimos dias no campo econômico, alimentando expectativas de aumento de demanda por produtos básicos exportados pelo Brasil.

"Cada vez mais a economia brasileira está mais sensível a qualquer alteração na economia chinesa, o que está fazendo a gente se descolar um pouco das questões relacionadas aos juros nos EUA", disse Fabrizio Velloni, economista-chefe da Frente Corretora. "O real descolou do DXY hoje (ontem)", completou.

O DXY é um índice da ICE de referência para o dólar em relação a uma cesta com seis pares. Um índice da Refinitiv com metodologia similar saltava 0,77% no fim da tarde de ontem, impulsionado pela queda de 1% do euro, este afetado pelo recrudescimento das preocupações com a oferta de energia para a Europa.

Outras moedas do G7 e de países emergentes também perdiam terreno, na véspera da decisão de juros pelo banco central norte-americano (Fed). A expectativa é de nova alta de 75 pontos-base, mas contratos futuros de taxa de juros ainda embutem alguma chance de um superaumento de 100 pontos-base.

Taxas de juros mais altas nos EUA aumentam a atratividade da renda fixa norte-americana, estimulando conversão de moedas estrangeiras para o

dólar, o que o valoriza.

O dólar lá fora bateu sucessivas máximas em 20 anos recentemente, também beneficiando-se de demanda por segurança diante da deterioração do cenário econômico global.

"Uma virada convincente no dólar provavelmente exigirá notícias de inflação mais branda e uma política monetária do Fed mais equilibrada", disseram analistas do Goldman Sachs em nota.

"Embora algumas das notícias muito recentes sobre a inflação (nos EUA) tenham sido encorajadoras, achamos que uma venda tática de dólar exigirá algum reconhecimento disso pelas autoridades do Fed", completaram.

O desfecho da reunião do Fed será conhecido às 15h (de Brasília) de hoje, seguido às 15h30 por coletiva de imprensa do chefe do banco central, Jerome Powell.

Bolsa - O Ibovespa fechou em queda ontem, sem força para se sustentar acima dos 100 mil pontos, contaminado pelo declínio em Wall Street, além de cautela antes de decisão de juros nos Estados Unidos.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa caiu 0,62%, a 99.646,35 pontos, de acordo com dados preliminares, após ter subido a 100.753,40 pontos no melhor momento e recuado a 99.364,79 pontos. O volume financeiro na bolsa paulista ficou em R\$ 16,2 bilhões.

(Reuters)

Brasil, um país em agonia (Artigo)

José Álvaro de Lima Cardoso

O Os brasileiros vivem um pesadelo horripilante há alguns anos. Com a crise mundial do capitalismo, após quase quatro décadas de destruição neoliberal (praticamente sem interrupção), uma pandemia, e todo o estrago feito a partir do golpe de 2016, a situação beira ao insuportável. A polarização política existente no país, que vigora nos últimos anos, é fruto dessa brutal crise econômica, política e social. Com o golpe de 2016 foram cometidos crimes em série contra o Brasil e o seu povo. Os direitos sociais e o que restava de soberania, foram quase exterminados. O golpe foi engendrado e operado pela direita tradicional, "civilizada", sob coordenação dos EUA. É relevante listar alguns dos principais problemas que tornam a situação presente uma das mais graves da história (a lista abaixo poderia ser muito mais extensa):

1. Baixo crescimento da economia. Entre 2016 e 2021, a economia cresceu meros 0,23% ao ano. O que significa que o **PIB** per capita decresceu. Possivelmente é o pior período de evolução do **PIB** da história do Brasil, que se tem registro;

2. Pobreza e retorno da fome: Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua- IBGE) 2021: Rendimento de todas as fontes", em 2021 a renda média mensal domiciliar per capita foi de R\$ 1.353. É o menor valor real em dez anos, considerando a série histórica da pesquisa iniciada em 2012, o que revela a tragédia que foi o golpe de 2016. Segundo pesquisa da Rede Penssan, 40% dos domicílios brasileiros convivem com algum tipo de insegurança alimentar, equivalente a cerca de 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da população do país. Cerca de 15% da população, equivalente a 33 milhões de pessoas, estão passando fome, das quais 14 milhões entraram nessa condição no último ano;

3. Deterioração da infraestrutura. Não há obras públicas importante no país, o que compromete o próprio futuro da nação. Com a entrega da Eletrobrás, como investimentos em infraestrutura são realizados pelo setor público, o país corre o risco de apagões, por exemplo. Por outro lado, as despesas totais com juros chegaram a R\$ 448,3 bilhões no ano passado, e a previsão é que o Brasil gaste entre R\$ 600 a 700 bilhões neste ano. Se tomarmos apenas o que o Brasil pagou de juros da dívida pública entre 2015 e 2021, chega a R\$ 2,8 trilhões, equivalente a 32% do **PIB** brasileiro. Nenhum país do mundo gasta tanto dinheiro

com juros da dívida, é como se o Brasil caminhasse com uma bola de ferro muito pesada, presa ao tornozelo;

4. Destruição do mercado consumidor interno, através da destruição da renda dos trabalhadores, não reposição das perdas salariais, ausência de crescimento, do fim dos aumentos do salário mínimo, da elevação da taxa de desemprego, etc., todas políticas que reduzem o tamanho do mercado consumidor interno. Essa é uma receita para o país nunca ser potência econômica;

5. Política Fiscal: a lei que estabeleceu o Teto de Gastos, uma das primeiras medidas do governo golpista de Michel **Temer** em 2016, quase que inviabiliza o crescimento, e especialmente investimentos nas áreas estratégicas e de caráter social. Ao par disso, a estrutura tributária brasileira, é extremamente regressiva, cobrando mais **impostos** de quem pode pagar mais;

6. **Inflação** alta: principalmente a dos alimentos, combustíveis e de eletricidade. A **inflação** é um problema mundial atualmente, mas o Brasil tem o agravante da classe trabalhadora estar em um dos maiores ciclos de empobrecimento da sua história;

7. Taxas de juros estratosféricas: Com o último aumento da Selic, os juros reais, ou seja, juros nominais menos taxa de **inflação**, superaram 8% ao ano. Essa política não resolve o problema inflacionário (porque a **inflação** não decorre de excesso de demanda), mas enche os cofres dos especuladores e banqueiros (que é o verdadeiro objetivo). Durante o governo Bolsonaro o Banco Central se tornou independente, ou seja, literalmente as raposas estão administrando o galinheiro;

8. Política de preços dos derivados do petróleo: É um mecanismo de assalto a população brasileira. Com essa política, mesmo sendo o Brasil uma potência petrolífera, a população é roubada em benefício de dividendos fabulosos aos especuladores e rentistas, muitos dos quais, mal sabem onde fica o Brasil. Segundo o vice-presidente da AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobras) Felipe Coutinho, a política de preço de paridade de importação (PPI) é responsável pela perda de mercado de 30% para a petrolífera brasileira. Com a política atual, é como se o país não produzisse uma gota de petróleo e tivesse que importar todos os seus derivados;

9. Desindustrialização e ausência de investimentos em inovação: A economia nacional vem se desindustrializando desde a década de 1980. Nos governos Lula e Dilma foram feitos planos para reverter esse processo (por exemplo, o PAC, programa de aceleração do crescimento e outras medidas). Sem indústria não existe nação e nem soberania. Exterminar a indústria brasileira é o sonho de Paulo Guedes e Bolsonaro, ou seja, o de tornar o país um mero provedor de matérias-primas para o desenvolvimento dos países ricos;

10. Insegurança hídrica: No país com o maior volume de água doce do mundo, uma parte substancial da população não tem acesso regular à água potável, e suas inúmeras utilizações. Não há dúvidas que a dificuldade de uma parte da população consumir água barata é um traço dramático do subdesenvolvimento brasileiro e da dependência política e econômica dos países imperialistas;

11. Privatizações e entrega do patrimônio público: do golpe para cá foram feitas várias as privatizações na Petrobrás e na Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), todas lesivas aos interesses nacionais. Acabaram de entregar a Eletrobras, maior empresa de geração de energia elétrica da América Latina, por cerca de 10% do seu valor (sem contar a importância estratégica da companhia). Além disso, estão preparando várias empresas para a privatização como ocorre nos Correios, Banco do Brasil e outras estatais importantes. O sonho de Paulo Guedes, conforme palavras suas é "privatizar tudo". Se o governo Bolsonaro se reeleger, o Brasil entra definitivamente em temporada de "queima de estoques";

12. Risco de perda da Amazônia: É fundamental entender o que está acontecendo, porque a ambição imperialista sobre a Amazônia está mais exacerbada do que nunca, justamente em função do agravamento da crise internacional. Não existe região em qualquer parte do globo terrestre que disponha de mais recursos naturais do que a Amazônia. O potencial de existência de grandes quantidades de minerais raros, gás, petróleo, naquela região, é muito grande. Nesse contexto, o atual debate sobre gestão internacional da Amazônia, obviamente está sendo fomentado pelos grandes capitais internacionais, que querem simplesmente roubar os recursos da área. Essas ambições são disfarçadas por objetivos indiscutivelmente nobres, como a proteção das populações indígenas, preservação do meio ambiente, e outros. Uma das teses bastante difundidas recentemente é que o Estado brasileiro é incompetente para administrar a Amazônia e que, portanto, essa deveria ser gerida por um conjunto de países, inclusive de fora da Região Amazônica.

De preferência os países ricos, que seriam mais "organizados" e, portanto, mais preparados para administrar a Amazônia. Neste momento de grande turbulência internacional e de imensa voracidade dos capitais, esse debate é singularmente perigoso. O assunto aqui não é sobre uma floresta pequena ou de médio porte. Está se falando em entregar para administração internacional 59% do território brasileiro, compreendido pela Amazônia Legal, que é distribuído por 775 municípios. A Amazônia compreende nada menos que 67% das florestas tropicais do mundo. Se fosse um país, como querem alguns, a Amazônia Legal seria o 6º maior do mundo em extensão territorial.

Enquanto isso uma delegação brasileira com representantes de 18 organizações da sociedade civil está de visita aos EUA, entre 24 e 29 de julho, para alertar aquele governo em relação às ameaças ao processo eleitoral brasileiro e solicitar ao governo de Washington uma posição em relação aos resultados das eleições no Brasil. Segundo informações da imprensa, a comitiva deve participar de mais de 20 reuniões com membros do Departamento de Estado Americano, deputados, senadores e representantes sociais.

Essa notícia revela os perigos que o Brasil corre neste momento. Os EUA são, com folga, na história mundial, o país que mais organizou golpes de estado, em todos os continentes. Seguramente, na casa dos milhares. Os golpes de 1945, 1954, 1964, 2016, no Brasil, sabidamente, foram todos coordenados pelos norte-americanos. As ditaduras mais sanguinárias da América Latina, incluindo a de Augusto Pinochet, Rafael Videla e Emílio Médici, foram todas alavancadas e sustentadas pelos EUA. Foi a esse país que a comitiva brasileira foi pedir para intervir no Brasil em nome da "democracia".

* José Álvaro de Lima Cardoso, economista

Brasileiro está cada vez mais preocupado com as finanças

GABRIEL RODRIGUES

Pandemia fez 62% dos brasileiros pensarem mais antes de consumir

No cenário de queda do rendimento médio, o brasileiro está mais preocupado com a saúde financeira do que com a física e emocional em 2022. Quase metade dos entrevistados em uma pesquisa da seguradora SulAmérica, divulgada nesta semana, declararam que estão "apertados" financeiramente, e para 47% a saúde financeira é um motivo de preocupação maior do que a própria saúde física, principal inquietação de 27%, e emocional, maior angústia de 26%.

A fatia de brasileiros preocupados principalmente com as finanças aumentou desde o ano passado, quando era 44%, segundo revela a pesquisa. Ela atravessa gerações e é a principal inquietude desde a geração Z, de jovens adultos, até os "baby boomers", com mais de 50 anos.

A pandemia da Covid-19 fez 62% dos brasileiros pensarem mais antes de gastar dinheiro, mas, mesmo assim, um terço dos entrevistados afirmam que gastam mais do que ganham.

Nesse cenário, a inadimplência aumentou e 47% dos entrevistados afirmaram estar com parcelas de dívidas atrasadas, contra 45% na pesquisa de 2021. A dificuldade em manter as contas em dia piora porque apenas uma em cada quatro pessoas diz conseguir identificar um bom investimento e uma em três avalia que têm capacidade para lidar com uma grande despesa inesperada.

O cenário de endividamento preocupa especialistas, em um momento em que poupar se tornou mais difícil. O objetivo de ter uma reserva equivalente a seis meses de rendimento médio, recomendada por planejadores financeiros, torna-se um sonho distante, explica a gerente da Serasa Amanda Rapouzo, no guia sobre crédito consignado preparado por O TEMPO.

"Com o emprego e **inflação** do jeito que estão, isso seria utópico. É muito complicado falar para as pessoas guardarem dinheiro hoje em dia, porque às vezes é uma questão de não poder, e não de desconhecer que isso é necessário.

A pessoa deve guardar o máximo que conseguir, que sejam R\$ 10, R\$ 20. É importante ter esse pé de meia para utilizá-lo em um momento de necessidade, em vez de tomar um empréstimo", O aperto financeiro afeta não apenas a vida das famílias e respinga em variados setores econômicos. Atualmente, um terço dos brasileiros afirmam ter reduzido viagens, idas a bares, restaurantes e shows, por exemplo, e também estão menos dispostos a frequentar cinemas, teatros e museus.

Maior preocupação com a saúde e o bem-estar

Cuidados com a saúde e o bem-estar se tornaram hábito comum de três em cada dez brasileiros desde o início da pandemia, conforme pesquisa da SulAmérica.

De olho a saúde mental, 9% dos entrevistados declararam fazer consultas periódicas com psicólogos. A maioria só iniciaram a terapia após o começo da pandemia da Covid-19.

Por outro lado, 62% dos brasileiros fazem poucos ou nenhum esporte como forma de cuidar da saúde. Sintomas da fragilidade da saúde emocional, a ansiedade atinge 50% dos e a insônia, 40%. A pesquisa ouviu 2.000 adultos, online, em todos os Estados, com apoio do Instituto FSB Pesquisa.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16821>